

ALFABETIZAÇÃO: para pensar os métodos

Simeia Araujo Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2012). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1998). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1984). Professora efetiva Adjunta/DE da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Teoria Crítica da Sociedade, Literatura e Infância. Atua principalmente nos seguintes temas: Ideologia, literatura e infância; indústria cultural, infância e educação; formação cultural da criança.

simeiaraujo@hotmail.com

Taynnara Rodrigues de Oliveira

Especialista em Docência no Ensino Superior. É membro do grupo do Grupo Didaktiké: Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e questões contemporâneas, da UFG.

taynnara rp@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória, por meio de revisão bibliográfica, que objetiva discorrer o percurso histórico dos métodos de alfabetização existentes no Brasil. Foram identificadas seis formas metodológicas distintas: método sintético; método analítico; perspectiva de Paulo Freire; perspectiva construtivista; perspectiva histórico-cultural e o letramento. Entende-se a necessidade de posicionamento dos professores alfabetizadores de acordo com suas concepções de educação, associando, portanto, a teoria à prática.

Palavras-chave: Alfabetização. Métodos de alfabetização. Educação.

Literacy: to think about methods

Abstract

The present work is an exploratory research, through bibliographic review, which aims to discuss the historical path of literacy methods existing in Brazil. Six distinct methodological forms were identified: synthetic method; analytical method; Paulo Freire's perspective; constructivist perspective; historical-cultural perspective and literacy. It is necessary to position literacy teachers according to their conceptions of education, associating, therefore, theory with practice.

Keywords: Literacy. Literacy methods. Education.

Introdução

A alfabetização é uma etapa fundamental na formação do aluno. Ao longo da história no Brasil, diversos métodos de alfabetização foram sendo elaborados e estabelecidos nas escolas brasileiras. Conforme período histórico, esses métodos foram sendo implementados. Assim, atualmente, há uma pluralidade deles. Por isso, este trabalho visa, discorrer o percurso histórico dos métodos de alfabetização existentes no Brasil, consistindo em um estudo exploratório, a partir de uma revisão bibliográfica.

A Carta Magna, promulgada em 1988, estabelece e destaca, no artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, on-line). E que, no art. 206, o ensino deverá se basear na igualdade de condições de acesso e, não só isso, como também a permanência na escola; a liberdade de ensinar, aprender; de se ter o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; devendo ser gratuito o ensino em estabelecimentos públicos; e mantendo uma garantia de qualidade no ensino. (BRASIL, 1988). Por isso, a educação deve ter lugar de destaque nas discussões, uma vez que é direito de todo cidadão brasileiro e que, conseqüentemente, o processo de alfabetização faz parte da educação.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado em 2012, visa garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas, no Brasil, até os oito anos de idade de modo pleno (MEC, 2017). Assim, avaliações são aplicadas, pelo Ministério da Educação (MEC) como forma de verificar o aprendizado nas crianças em fase de alfabetização.

Ao pensar no processo de alfabetização, conseqüentemente, a palavra “como” ou a expressão “de que forma” estão associadas ao processo e vincula-se diretamente aos métodos de alfabetização existentes. Recorrer aos métodos diz respeito à concepção que o alfabetizador traz consigo.

É no contexto apresentado que a preocupação acerca da alfabetização toma destaque. Como pautada em leis e como já visto socialmente, é fundamental que as crianças tenham uma “boa base educacional”. Nesse sentido, a alfabetização inclui-se

como fator determinante para que isso ocorra. Diversos estudos e relatos demonstram que a maneira pela qual a criança foi submetida a processos de ensino-aprendizagem, impacta diretamente no desempenho escolar por toda a trajetória acadêmica. Por isso a relevância de abordar sobre esta temática é nítida.

É a partir dessas preocupações acerca da alfabetização que verificamos, durante o processo histórico brasileiro, o quanto se tem discutido sobre os métodos de alfabetização, isto é, a maneira que se ensina o aluno a ler e escrever. Essas elaborações e descobertas de métodos e metodologias que foram sendo criados, são fundamentais para a formação de professores desde suas elaborações.

Diante disso, é impossível atentar-se apenas para um modo de ensinar. É preciso entender as concepções que embasam os métodos e, além disso, perceber que os fatores sociais, culturais e históricos também são de suma importância para impactar no modo de enxergar a alfabetização. Por isso, decorrente dos avanços tecnológicos, é notória a adaptação inadiável de adequar à realidade que sobrevém a todos. Isso significa que não há mais como pensar em métodos tradicionais ou em uma educação bancária, se o que se vê – como público da alfabetização – são indivíduos conectados, que são consumidores e produtores de informação. A internet, agora, facilita esse processo de uma comunicação em rede.

Conceitos

A alfabetização é um termo presente na sociedade há décadas. Não é de hoje que as discussões sobre esse tema têm tomado destaque. Desde o início do século XX, definições sobre a alfabetização e seus métodos fazem parte do âmbito educacional. O termo alfabetização surgiu apenas no início do século XX, no qual Oscar Thompson foi o primeiro a utilizar o termo, em 1918 (MELO; MARQUES, 2017).

De acordo com a língua vernácula, expressada pelo dicionário de língua portuguesa, Ferreira (2001, p. 30) destaca que a palavra alfabeto significa “1. Disposição convencional das letras duma língua. 2. O conjunto delas; abecedário, bê-a-bá. 3. Qualquer sistema de sinais estabelecidos para representar as letras, fonemas ou palavras.”. Já a palavra alfabetizar é um verbo transitivo direto no qual tem por

entendimento “ensinar a ler e escrever”, no qual pode ser, a partir de seu radical, criada outras palavras, entre elas, a alfabetização.

Dessa forma, poder-se-á iniciar a discussão a partir da perspectiva de Cagliari (2009). Conforme cita este autor, a alfabetização diz respeito à aprendizagem da leitura e da escrita. Tfouni (2010) afirma que a alfabetização envolve aquisição da escrita e aprendizagem de leitura.

Soares (2010, p. 31) diz que a alfabetização pode ser compreendida como “a ação de alfabetizar, de tornar ‘alfabeto’, considerando o verbo alfabetizar como o “indivíduo capaz de ler e escrever”. E, portanto, pressupõe a necessidade de pelo menos duas pessoas para que um possa ensinar e o outro possa aprender a ler e escrever.

Aquele que ensina – chamado de professor – deve estar sempre ciente desse processo, pois ele direcionará de modo mais produtivo e agradável a aprendizagem daqueles que aprenderão a ler e escrever, sem que os traumas ou sofrimentos ocorram (TFOUNI, 2010).

O conceito de alfabetização é fundamental para a postura que os docentes assumirão em sala de aula, entretanto, são insuficientes, pois os métodos de alfabetização também são reflexos do modo de pensar dos alfabetizadores.

Métodos de alfabetização

Consoante Magda Soares (2018a, p. 330-331), os métodos de alfabetização podem ser considerados como “um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orientem a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, [...]”. Assim, como destacado no início deste trabalho, discorrer-se-á acerca dos métodos existentes no país, correlacionando aos períodos históricos. Ao todo, apresentaremos seis: a) método sintético; b) método analítico; c) perspectiva de Paulo Freire; d) perspectiva construtivista; e) perspectiva histórico-cultural; e, f) letramento.

Método sintético

O método sintético é o método mais antigo, pois segundo Rangel, Souza e Silva (2017), existe há mais de dois mil anos. Surgiu na antiguidade, perdurou a idade média

e chegou até o ocidente, principalmente alguns países europeus que utilizavam para ensinar o latim.

Consoante Tfouni (2010, p. 15), “No ocidente, a escrita alfabética (sistema fonográfico, em que sinais gráficos representavam sons de fala) foi introduzida na Grécia e Jônia por volta do século VIII a.C.”, mas que só foi implementada no Brasil séculos depois.

Essa implementação é percebida, como mencionado no processo histórico da alfabetização no Brasil, que até o final do império no País, o ensino consistia na chamada de aulas régias. O material de ensino, também, era considerado como insuficiente (MORTATTI, 2006).

As primeiras cartilhas que começaram a serem utilizadas, principalmente em meados do século XIX, eram escritas inclusive professores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) e circularam em várias províncias/estados do país e por muitas décadas”. (MORTATTI, 2006, p. 5).

Essa “marcha sintética” é conhecida como o método sintético, entendido como aquele que foca no aprendizado do alfabetizado a partir da decodificação do grafema-fonema, isto é, aquele que começa a partir dos sons das letras, pronunciando-as, posteriormente soletra as letras para uma consciência fonológica (SALINA, 2015).

O método sintético é dividido em três grupos: a) o alfabético, que também é conhecido como soletração; b) o silábico e, por fim, c) o fônico (MELO, 2015).

No primeiro grupo citado, denominado como soletração, também pode ser chamado de alfabético ou ABC. Esse último nome designado para representar este tipo de método enquadrado na categoria dos sintéticos, pois, os livretos, também conhecidos como cartilhas, eram exatamente conhecidos como “cartas do ABC” e ainda são utilizadas por muitas escolas.

Conforme Sylvestre, (op. cit., p. 17), o método tem como finalidade a “combinação entre as letras e os sons”. Assim, Carvalho (2007) completa que a soletração se baseia em associações relacionadas tanto a estímulos auditivos, quanto visuais, com a determinação que, durante essas associações, a memorização é característica desse processo.

A soletração, portanto, corresponde a iniciar o ensino por partes menos complexas para as mais complexas. Significa, conseqüentemente, as formas das letras – visualmente – e a sua pronúncia, isto é, o seu devido som. (SYLVESTRE, 2010).

O segundo grupo, que também se encontra na classificação dos métodos sintéticos, está o de silabação. Como o próprio nome já sugere, este método remete a uma apresentação das sílabas para que as crianças possam aprender a partir delas. Começam, então, pelas sílabas consideradas mais fáceis para depois apresentar e aprender as mais difíceis, por exemplo, “da, ta, ma” ao invés de “lha, nha, sá” (FRADE, 2007).

É por meio da codificação e decodificação – auxiliadas sempre pelo processo de memorização – que a silabação se baseia. As sílabas, portanto, são aprendidas para que possam, posteriormente, formar palavras, a partir das famílias silábicas estudadas (FONTES; BENEVIDES, 2013).

E, por fim, o método fônico, bastante discutido ainda teoricamente e implementado ainda em salas de aula, surgiu a partir da crítica do alfabético (SALINA, 2015). Prevê-se que seu surgimento se deu por volta do século XVI por educadores alemães (SEBRA; DIAS, 2011).

Conforme Salina (2015), o principal fim desse método relaciona-se letras e sons, que são os grafemas e os fonemas.

Cada letra é compreendida como um fonema, o processo parte dos sons mais simples para os sons mais complexos, ou seja, as vogais são as primeiras letras a serem apresentadas aos alunos (sua forma e som), seguida pelas consoantes, somente depois são estabelecidas, de maneira gradual, as relações mais complexas. Dentro da vertente do método fônico foram criadas diversas variações algumas delas partem de palavras significativas aos alunos, ou outras de alguma palavra vinculadas a imagem, também podem ser utilizadas onomatopéias e histórias. Os especialistas do método defendem que as crianças podem ser alfabetizadas em um período de quatro a seis meses fazendo o uso do mesmo (SALINA, 2015, p. 15).

Mas a diferença entre o fônico e o alfabético está na consciência fonológica no processo de alfabetização, no qual a valorização encontra-se, justamente, na relação entre os grafemas e fonemas. (CAVALCANTE, 2015). É somente depois de compreender todas as letras do alfabeto e seus fonemas correspondentes que é possível

juntarem as letras apreendidas de modo isolado para formar sílabas, palavras e formações maiores, como frases e sentenças (MELO; MARQUES, 2017).

Nesse método, começa ensinando as crianças palavras pequenas, com o mínimo de dois sons. Assim, conforme elas aprendem, o número de letras vai aumentando. Dois materiais utilizados muito conhecidos desse método são a Casinha Feliz, elaborado em 1984 por Meireles, no qual associa letras com as histórias infantis e personagens. Já o material chamado Abelhinha, escrito por Silva, Marques e Cardoso, tem como personagem a abelha que tem corpo em formato de letra cursiva e possui o som da letra a, e assim, todos personagens do material são desenhados para representar as letras correspondentes, facilitando o entendimento delas (SYLVESTRE, 2010).

É imprescindível destacar que, como esse método está relacionado à memorização de sons e sílabas, as palavras que são formadas, muitas vezes eram trabalhadas de forma isolada, o que não trazia significado nenhum para a criança. O que se pode perceber é que essa forma dificulta a aprendizagem, uma vez que memorização não seria suficiente para que o processo de alfabetização, de fato, fosse bem-sucedido.

Método analítico

O método analítico vem em oposição ao sintético. A relação que se tinha entre os dois é que um era “passado” e o outro “moderno”. Alguns defendiam ainda os sintéticos como o melhor para o processo de alfabetização, enquanto outros passavam a desenvolver o novo método em sala de aula.

Foi em 1890 que esse método, a partir da reforma de instrução pública no Estado de São Paulo, foi institucionalizado. De acordo com Mortatti (2006), foi na primeira década da República que os professores formados pela escola normal começaram a defender o método analítico na alfabetização, sendo disseminado para outros estados do Brasil.

Este método é caracterizado em trabalhar o todo para partes menores. Esse todo que foi supracitado refere-se a unidades maiores, que correspondem as palavras, frases e até mesmo textos pequenos, para que posteriormente se compreenda as partes

menores, que constituem as sílabas e as letras. (FRADE, 2007). Inseridos nessa ideia estão inclusos alguns métodos que foram bastante utilizados: palavração, sentencição e o global (SYLVESTRE, 2010) nos quais surgiram no período da Escola Nova.

A palavração corresponde ao processo no qual a criança é colocada diante de muitas palavras em que precisam ser compreendidas a partir do uso da fala, isto é, da oralidade. Por meio da fala, a técnica de memorização é estabelecida para que haja um reconhecimento sobre as palavras quando combinadas de modo diferente, para que as sentenças que forem elaborar sejam significativas. Só posteriormente que o trabalho referente a sílabas e letras se faziam presentes e, assim, a criança, de modo automático, seria capaz de fazer conversões de letras e sons. (MORAIS; ALBUQUERQUE; LEAL, 2005).

O processo de setencição já ocorre de modo um pouco diferente do anterior. Tem como ponto de partida as frases, ou seja, as sentenças, para que somente depois, por meio do processo de memorização é que reconheça as palavras – decompondo-as – entendendo, depois, as sílabas (FONTES; BENEVIDES, 2013). De acordo com Rangel, Souza e Silva (2017, p. 500), “Já no processo da sentencição, o alfabetizador utiliza a comparação das palavras, no entanto, ele isola os elementos conhecidos dela ampliando, assim, o vocabulário. Dessa forma, irá surgir novas palavras e fazer a leitura delas”.

Por fim, o global de contos, denominado de historieta (MELO; MARQUES, 2017), é caracterizado por um “processo é aplicado através da análise das partes maiores (textos, frases) para chegar a partes menores (palavras, sílabas) de forma sequencial.” (FONTES; BENEVIDES, 2013, p. 4). Isto significa que primeiramente o alfabetizador conta pequenas histórias, decompõe em sentenças, dessas sentenças extrai as palavras e, somente por último que ele vai para as sílabas.

Consoante Sylvestre (2010), no método global, a finalidade de ler e de escrever correspondia em explorar a alegria dos alunos por meio da contação de histórias para que, com isso, a inserção do discente no ensino do código alfabético fosse mais agradável, proporcionando ambiente para que o gosto pela leitura existisse. Entretanto, esse método não foi muito utilizado no Brasil. A única região que usou mais foi a de Minas Gerais.

Metodologia de Paulo Freire

O método Freire, para o próprio autor, não deveria ser considerado dessa maneira. Em seu entendimento, o que ele discutia e propunha era uma metodologia. Isso se dava, pois, a alfabetização estaria muito além do que um simples método, muito mais complexo do que o famoso “ba-be-bi-bo-bu”. (BARRETO, 2011).

Freire acreditava que a alfabetização deveria restituir o direito de serem mais àqueles que aprendessem a ler e escrever, além de poder construir a humanidade que foi roubada. Esse processo constitui no aprendizado do indivíduo e que, por meio dele, posteriormente, as pessoas alfabetizadas poderiam intervir e transformar o mundo. Se isso ocorresse, com todos, seria possível tornar o mundo mais feliz e menos competitivo para todos (BARRETO, 2011).

Nesse sentido, “ao reconhecer que as relações sociais, muitas vezes, restringem o acesso das camadas populares à alfabetização e ao letramento, Freire insistiu que esses processos devem ser pensados como uma crítica explícita à injustiça [...]” (BARTLETT; MACEDO, 2015, p. 228) e que, por este motivo, era imprescindível corrigir estas desigualdades.

Conforme Barreto (2011), Freire começou a pensar em alfabetização em 1962. Sua metodologia parte de um contexto prático, no qual, como educador e professor de língua portuguesa, a partir das experiências observadas, transpõe para o papel suas ideias e percepções sobre a alfabetização propondo, conseqüentemente, uma nova metodologia que vai numa ideia oposta aos métodos anteriores, inclusive, porque Freire discorda das cartilhas.

Há algo implícito na ideologia das classes dominantes e que análise de cartilhas e livros de leitura revela - o perfil dos analfabetos como seres marginais. Aqueles que consideram os analfabetos como seres marginais devem, porém, reconhecer a existência de uma realidade de que eles se encontram marginalizados - realidade que não é apenas um espaço físico, mas econômico, histórico, social e cultural. (FREIRE, 1981, p. 38).

Paulo Freire (1981), então, acreditava que no processo de alfabetização de adultos era preciso haver uma relação de diálogo entre os educadores e os educandos.

Em seu entendimento, distintamente das concepções tradicionais abordadas anteriormente, os alfabetizandos assumem um papel de sujeitos criadores, participativos e questionadores. Isto significa que não é necessário memorizar as sílabas, palavras e frases, mas o que é importante aqui é a reflexão crítica do próprio processo de leitura e escrita e o significado de linguagem.

O professor, neste caso, deveria ser um mediador nesse processo de aprendizagem. Tanto o educando como o educador, deveriam tomar como princípio para o ensinamento, a própria realidade dos educandos. Dessa maneira, sairiam de uma perspectiva ingênua, para a crítica, uma vez que conseguirão interpretar e agir sobre a realidade na qual se inserem. (FREIRE, 2011).

No geral, pode-se reduzir as ideias de Paulo Freire em três grupos. O primeiro deles refere-se à compreensão de que a alfabetização não é um ato de transferência do professor para o aluno, ao contrário, é um ato de conhecimento. O segundo ponto de destaque é o fato do diálogo ser um mecanismo para se chegar ao conhecimento, sendo fundamental, portanto, no processo de ensino-aprendizagem. E, por fim, a alfabetização poderia ser entendida como um ato político. Em outras palavras, uma educação que liberta e que, por esse motivo, a alfabetização estaria inclusa nesse percurso para que a realidade pudesse ser transformada.

Paulo Freire ainda é referência quando se trata de educação de jovens e adultos, no que tange a alfabetização, justamente por seu olhar atento a essa modalidade educacional. Entretanto, os métodos ou metodologias (como é o caso da visão de Freire), não se esgotam por aqui, ainda há mais olhares e formas distintas de alfabetizar. Por isso, o próximo tópico apresentará o construtivismo na alfabetização.

Construtivismo

A teoria na perspectiva do construtivismo surgiu no século XX, a partir dos fundamentos do pensamento de Jean Piaget. Apoiando-se em suas experiências como biólogo, filósofo e epistemólogo, Piaget explicou como se dá o desenvolvimento da inteligência infantil, por meio das observações científicas que fazia das crianças, verificando desde o nascimento até a adolescência. (FONTES; BENEVIDES, 2013).

Diante desse processo de análise do período citado anteriormente, Piaget teve o propósito de verificar como se dava a aquisição do conhecimento, para que pudesse compreender como funciona a gênese do conhecimento humano, focando na ação do sujeito (FONTES; BENEVIDES, 2013).

O processo educativo, portanto, consoante Piaget (2008), está relacionado à adaptação do indivíduo. A educação moderna possui uma perspectiva totalmente distinta e oposta à educação tradicional. Esta possui muitas falhas, pois o aluno é passivo, já a moderna, centra no aluno e em seu aprendizado, que deve ocorrer por meio da ação, concluindo que a educação é ativa, baseando-se na necessidade e no interesse pessoal. O indivíduo precisa sentir interesse em aprender algo e buscar esse aprendizado. A criança então tem que se sentir atraída para tentar resolver ou pensar sobre uma determinada situação proposta. Assim, a partir do momento em que se propiciam estímulos para que ela se adapte, ocorre o processo de educação, por meio da ação.

Logo, Piaget faz parte da pedagogia moderna e tem como entendimento o aluno como ativo no processo educativo. Sua concepção acerca das estruturas mentais das crianças é distinta das dos adultos, pois, sua capacidade de entendimento cognitivo passa por etapas de desenvolvimento, cujo processo de racionalização e absorção dos conteúdos apreendidos se dá por processos distintos e que evoluem conforme a idade. Dessa forma, não é possível comparar a estrutura mental infantil da que o adulto possui. Além disso, Piaget afirma que as estruturas intelectuais são distintas, mas o funcional é idêntico ao do adulto, porque ela é ativa e regida pela lei de interesse e necessidade. (PIAGET, 2008).

Piaget não escreveu nada sobre alfabetização, todavia, Emília Ferreiro, como fruto de tese de doutorado, baseia-se nos processos cognitivos voltados para as crianças e os associa ao sistema de escrita alfabética. Ferreiro passou três anos da década 70 do século XX fazendo trabalho experimental para verificar como se dá o processo de aquisição da escrita. (MELO, 2015).

Emília Ferreiro¹ contou com a colaboração de Ana Teberosky. Ambas escreveram a *Psicogênese da língua escrita*, todo ele na perspectiva do construtivismo.

Ferreiro e Teberosky (1985) buscam, primeiramente, teorias anteriores sobre o modo de funcionamento dos métodos tradicionais de ensino no âmbito da alfabetização e criticam esses métodos tradicionais ao afirmarem que eles “não pode[m] criar conhecimento”, (FERREIRO, 1985, p. 14), uma vez que eles se tornam rituais, passos ordenados a serem seguidos. Dessa maneira, não é levado em consideração o ponto de vista daquele que ensina, mas aquele que aprende. Portanto, as autoras deixam explícito, da mesma forma que Piaget discutiu, que o sujeito quer aprender ele precisa ser ativo, buscando, por conseguinte, adquirir esse conhecimento, dando mais ênfase a esse sujeito que pode aprender, e não ao que ensina.

Reafirmado mais uma vez por Ferreiro e Teberosky (1985, p. 29) “Em termos práticos, isto significa que o ponto de partida para toda a aprendizagem é o próprio sujeito (definido em função de seus esquemas assimiladores à disposição) e não o conteúdo a ser abordado”.

No que tange a evolução da escrita, portanto, Ferreiro e Teberosky (1985) afirmam que a criança também pode ser produtora de textos desde cedo. Uma criança, por exemplo, que é de classe média e que desde pequena possui acesso a lápis e papeis, poderá registrar tentativas de escrever, que são distintas da de desenhar, por volta dos dois anos e meio ou três anos. Essas tentativas podem ser identificadas por meio de traços ondulados e contínuos, como também uma série de círculos ou linhas verticais. É à maneira que ela tem de representar algo, que pode ser tanto de uma escrita cursiva, como em letras de imprensa, não idênticas ao que se conhece, mas tentativas disso, em que, posteriormente, passará pelos outros dois níveis, como descritos a seguir.

Logo, para Ferreiro (1985, p. 10-11), embora em sua tese explicitar cinco níveis, é possível condensá-los, como a autora fez em seu artigo, existem três grandes períodos: I) distinção entre o modo de representação icônico e o não-icônico, no qual

¹ “Emília Beatriz Maria Ferreiro Schavi nasceu em Buenos Aires no ano 1936. É uma psicóloga e pedagoga argentina, radicada no México, doutora pela Universidade de Genebra, sob a orientação de Jean Piaget. Em 1970 depois de se formar em psicologia pela Universidade de Buenos Aires, estudou na Universidade de Genebra, onde trabalhou como pesquisadora-assistente de Jean Piaget e obteve a sua tese de doutoramento sob a orientação do psicopedagogo suíço”. Disponível em: <https://pgl.gal/emilia-ferreiro-grande-pedagoga-da-alfabetizacao-cinco-documentarios-sobre-a-sua-vida-e-obra/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

a criança. Nesta etapa, começa a perceber a diferença entre o desenho e a escrita. O desenho está relacionado ao icônico, já a escrita é não-icônica; II) a construção de formas de diferenciação, em que na intra-figura a criança começa a estabelecer propriedades para que um texto possa ser interpretado. A criança acredita, por exemplo, que uma palavra não tem menos que três letras; c) a fonetização da escrita, relaciona a atenção à sonoridade das palavras.

No que se refere àqueles que ensinam, Ferreiro (1985) afirma que existem três dificuldades apresentadas no texto em relação aos profissionais do ensino. A primeira delas está relacionada à visão que um adulto já alfabetizado tem do sistema da escrita, reduzindo para o conhecimento das letras e sons; a segunda contempla a confusão entre escrever e desenhar; e, por fim, a última delas que aborda sobre a redução do conhecimento do leitor ao conhecimento das letras, sendo a escrita uma transcrição de sons.

Fica evidente, baseando a leitura no texto de Ferreiro (1985), que a prática docente, no que tange a parte de ensino, principalmente a alfabetização, deve-se ter concepções reais sobre esse processo de aquisição do conhecimento em que, o professor não é mais todo o detentor do conhecimento, que as crianças podem e devem encontrar informações extraclasse, e que não é porque não estejam alfabetizadas que não possam contribuir nas discussões, alfabetização dos colegas e no próprio desenvolvimento do ler e escrever. Portanto, verificando a importância de uma ruptura de concepções fixadas, das quais mistificam as práticas educacionais, inclusive no âmbito da alfabetização.

É necessária a descontinuidade de pensamentos em que sejam introduzidos, como melhor forma, métodos de ensino da alfabetização. A utilização de livros didáticos ou testes prontos não resolvem o ensino e empobrecem a imagem a escrita. Sendo imprescindíveis, conseqüentemente, considerar a escrita como representação da escrita e considerar o que aprende como sujeito que compreenderá o objeto de conhecimento, no caso, a escrita. (FERREIRO,1985).

Perspectiva histórico-cultural

A perspectiva histórico-cultural, entende o homem em sua integralidade, sendo corpo e mente, parte biológica e cultural, cujo faz parte do processo histórico (GONTIJO, 2002). Sendo necessário, por conseguinte, sempre fazer relações entre o indivíduo e o social, pois o primeiro não deixa de ser impactado pelo segundo jamais. Por isso e a partir disso vê-se a imprescindibilidade da linguagem para atender as necessidades cotidianas. (MELO, 2015).

Assim, na visão de Vigotski, existem duas funções básicas da linguagem. A primeira delas é caracterizada pelo intercâmbio social, que corresponde à comunicação com seus semelhantes que o homem cria e utiliza sistemas de linguagem. É visível no bebê quando está começando a falar, ele não compreende o significado preciso das palavras, mas sabe comunicar seus desejos e estados emocionais. São necessárias utilizações dos signos², compreensíveis a outras pessoas, que traduzam ideias, sentimentos, vontades, pensamentos de forma bastante precisa. Já o pensamento generalizante, segunda função básica, é determinada pela a linguagem ordenada do real, agrupando todas as ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos, situações, sob a mesma categoria conceitual. A linguagem, portanto, fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento (VIGOTSKI, 2007).

No que tange a alfabetização, Vigotski inicia sua discussão ao dizer que o processo de desenvolvimento da escrita de uma criança se dá de modo complexo, porque não há uma linearidade. Ela possui alterações, interrupções, saltos, entre outros. E que é necessário considerar que antes mesmo que aprenda na escola a cultura letrada já faz parte do universo dela.

O modo de escrita “[...] é produzido de acordo com a maneira como as crianças percebem e vivenciam as situações em que entram em contato com a escrita” (MELLO, 2010, p. 332). Portanto, sendo sempre necessário considerar aspectos históricos, sociais e culturais que elas já trazem consigo. Nesse sentido, quando a criança tem contato já

² Conforme Vigotski, signos são elementos que representam ou expressam outros objetos ou situações.

com a escrita, seja qual o tipo de gênero textual, ela começa a perceber que há funções sociais envolvidas na escrita.

Para Vigotski, então, o segredo da linguagem escrita está justamente “na organização adequada para que essa transição se processe da maneira mais natural possível, pois, quando ela é atingida, a criança passa a dominar e aperfeiçoar esse método. (COELHO, s.d., p. 65).

Mas o que de fato levaria uma criança a escrever? Vigotski então apresenta seu entendimento ao afirmar, primeiramente, que o gesto é o primeiro passo, pois corresponde ao signo visual. Logo, “os gestos são a escrita no ar e os signos escritos são, frequentemente, simples gestos que foram fixados (VIGOTSKI, 1991, p. 121).

Posteriormente aos gestos, as crianças passam por dois domínios que contribuem, também, para o desenvolvimento futuro da escrita. O primeiro domínio corresponde aos rabiscos. Os rabiscos e depois o desenho, são formas de representação do que estavam querendo se comunicar por meio dos gestos. (COELHO, s.d.).

O quarto domínio refere-se aos jogos. Nesse momento percebe-se que a criança acaba estabelecendo outros sentidos ou significados para determinados objetos. Isso significa que ela pode determinar funções que muitas vezes não são características daquele objeto propriamente dito. (COELHO, s.d.). Para Vigotski (1991) essa é a chave para a função simbólica do brinquedo, porque ele pode ser utilizado como uma forma de comunicação em que ocorre por meio dos gestos, uma vez que a função dos objetos em si é, normalmente, modificada. Assim, o faz-de-conta também é considerado como fundamental para o desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural, porque engloba a questão das funções e representações que são modificadas pelas crianças, justamente porque estimulam a imaginação delas. Por fim, tem-se a escrita. Obviamente que sua linearidade representada não corresponde a um pensamento fechado e engessado de Vigotski. Como dito anteriormente, o processo de desenvolvimento é complexo e reduzi-lo a esta sequência seria um erro.

Letramento

Durante o império brasileiro a palavra letramento era considerada como sinônimo de soletração, até que em um determinado momento caiu em desuso na

língua portuguesa. O significado que se entende, hoje, já não é o mesmo que desse primeiro momento da história no Brasil. Foi a partir de 1986, que por meio da obra escrita por Mary Kato - “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, o letramento passa a fazer parte do vocabulário da língua portuguesa novamente, mas com um significado distinto do primeiro existente. Dessa forma, Tffouni que apresenta a diferenciação entre os termos alfabetização e letramento, não sendo considerados, por conseguinte, como sinônimos (MELO, 2015).

Como contemplado no início deste trabalho, pode-se sintetizar a alfabetização com a aquisição de leitura e escrita de uma determinada língua. Já o letramento, conforme cita Tffouni,

[...] focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas (TFFOUNI, 2010, p. 12).

Para Soares (2018b), o surgimento dessa nomenclatura para a área educacional ocorreu devido à necessidade de nomear comportamentos e práticas sociais que estivessem inclusas no campo da alfabetização, mas que não fossem simplesmente a aquisição de aprendizagem da leitura e escrita, mas que fosse além disso, do que é puramente tradicional e ortográfico. Foi com o passar dos anos que tanto os comportamentos quanto as práticas sociais foram ganhando maior visibilidade, revelando a insuficiência do apenas alfabetizar.

No que tange a diferença entre alfabetização e letramento, Soares afirma que, “[...] por um lado, é necessário reconhecer que *alfabetização* - entendida como a aquisição do sistema convencional da escrita”, já o letramento corresponde ao “desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais.”. (SOARES, 2018b, p. 64).

É imprescindível destacar que, por mais que estes dois termos sejam retratados como distintos, Soares (2018b) ressalta que eles são interdependentes e indissociáveis. A alfabetização “só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais

de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este [...] só pode desenvolver-se na dependência [...] do sistema escrito. (SOARES, op. cit., 64).

Assim, entende-se que é preciso sempre incluir em sala de aula aquilo que os alunos conhecem e estão habituados. É poder trabalhar questões que são visíveis no cotidiano e, a partir disso, trabalhar o ensino da leitura e escrita para que estas ocorram de modo eficaz.

Considerações finais

Percebe-se, diante do exposto, a pluralidade de métodos existentes que foram aplicados, historicamente, em salas de aula, pelo Brasil. Por um lado, tal diversidade de métodos podem ser vistos como reflexos de pensamentos de cada período, adaptando-se a eles. Por outro lado, esta variedade de métodos é vista na prática de um mesmo professor alfabetizador. Há aqueles que não sabem ou não conseguem distinguir ou aplicar em apenas um método, outros que ainda são dependentes de cartilhas, ou como dizemos atualmente, de apostilas já prontas, pois não sabem, não querem ou não podem adaptar as aulas em conformidade as necessidades dos discentes.

Não há pretensão, aqui, de apresentar que um método seja melhor ou mais completo que os demais, pois cada um foi determinado para atender ao modo de se pensar em educação, bem como o lugar dos alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem. Mas é inegável a necessidade de se fazer, a partir dessa longa discussão, uma autorreflexão, enquanto docentes. Os professores alfabetizadores precisam atuar condizentes com sua forma de pensar, eliminando de sua prática, o modo de ensinar e os exercícios aplicados aos alunos que estejam de acordo com uma educação mais tradicional. Já está claro, desde a Escola Nova, que o aluno não é mais um sujeito passivo (AZEVEDO, 2010) como então trabalhar métodos de alfabetização que valorizam somente a memorização? Aprendizagem associada a um exercício mecânico? Vamos perpetuar um ensino em que, muitas vezes, o aluno não vê o propósito de se aprender? Não o coloca em lugar de fala?

É preciso, portanto, rever, repensar, estudar, sair da zona de conforto, e sermos coerentes entre o discurso e a prática.

Referências

Azevedo, Fernando de. et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARRETO, Vera Lúcia Queiroga. Paulo Freire e a alfabetização. In: Instituto Tecnológico Diocesano Santo Amaro. *3ª Capacitação ITD 2011: Bases epistemológicas freireanas para a alfabetização de jovens e adultos*. [on-line]. 2011.

BARTLETT, Lesley; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Aproximações entre a concepção de alfabetização de Paulo Freire e os novos estudos sobre letramento. *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*. Vitória, ES, v. 1, n. 1, p. 227-236, jan./jun., 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando e linguística*. São Paulo: Scipione, 2009.

_____. *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COELHO, Sônia Maria. *A alfabetização na perspectiva histórico-cultural*. Acervo digital Unesp. Universidade Estadual Paulista. p. 58-71. s.d. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40139/1/01d16t04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRO, Emilia. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Cad. Pesquisa*. São Paulo, n. 52, p. 7-17, fev., 1985.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONTES, Francicleide Cesário de Oliveira; BENEVIDES, Araceli Sobreira. Alfabetização de crianças: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. In: V Fórum Internacional de Pedagogia. Vitória da Conquista-BA. *Anais...* v. 1, p. 1-12, jun., 2013.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Educação*. Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 21-40, 2007.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa A TRAJETÓRIA DE PAULO FREIRE. In: GADOTTI, Moacir. (Org.). *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf. Acesso em: 11 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Ação cultural para a libertação. Parte I: O processo de alfabetização de adultos como ação cultural para libertação. In: _____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981. p. 35-52.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. *O processo de alfabetização: Novas Contribuições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELLO, Suely Amaral. Ensinar e aprender a linguagem escrita na perspectiva histórico-cultural. *Psicologia política*. v. 10, n. 20, p. 329-343, jul./dez., 2010.

MELO, Elaine Pimentel Camillo Barra Nova de. *PNAIC: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente*. 2015. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlo, Campus Sorocaba, 2015.

MELO, Eliane Pimentel Camillo Barra Nova de; MARQUES, Silvio César Moral. História da alfabetização no Brasil: novos termos e velhas práticas. *P O I É S I S*. Unisul, Tubarão, v. 11, n. 20, p. 324-343, jun./dez., 2017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/5137/3464>. Acesso em: 03 set. 2019.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *PORTARIA Nº 826, de 7 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME. 2017. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf. Acesso em: 5 dez. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

PIAGET, Jean. *Psicologia e Pedagogia*. 9.ed. Rio de Janeiro: ed. Forence Universitária, 2008.

RANGEL, Franciele de Azevedo; SOUZA, Emmily Cristina Firmino de; SILVA, Ana Carla de Azevedo. Métodos tradicionais de alfabetização no Brasil: processo sintético e processo analítico. *Revista Includere*. Mossoró, v. 3, n. 1, out., 2017.

SALINA, Tatiana. *As contribuições do método fônico nos anos iniciais de alfabetização*. 2015. 51 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2015.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. *Rev. Psicopedagogia*, São Paulo, v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

_____. *Alfabetização e Letramento*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SYLVESTRE, Viviane Fernanda. *A emergência do pluralismo teórico-metodológico na alfabetização: em busca de uma prática pedagógica para formar escritores*. 2010. 161 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2010.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semenovish. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução José Cipolla Neto, Lui Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. A pré-história da linguagem escrita. In: _____. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução José Cipolla Neto, Lui Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Submissão: Jan. 2020

Aprovado: Mar. 2020